

Acta número cinco

Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro de dois mil e seis, reuniu na Residência de Estudantes de Mesão Frio, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto um: Período antes da ordem do dia; -----

Ponto dois: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade municipal e da sua situação financeira; -----

Ponto três: Apreciação e votação dos documentos previsionais para o ano de 2007 e propostas anexas: -----

- a) Opções do Plano (PPI e PAM); -----
- b) Orçamento; -----
- c) Empréstimo de curto prazo; -----
- d) Lei das Comunicações Electrónicas e Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP); -----

Ponto quatro: Apreciação e votação da proposta de alteração do Plano de Urbanização da vila de Mesão Frio; -----

Ponto cinco: Apreciação e votação do documento –“Estudo de Suporte para a Manutenção do Serviço de Urgência do Hospital D. Luís I; -----

Ponto seis; Apreciação e votação do documento “A Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local”; -----

Ponto sete: Apreciação e votação da Declaração sobre a Luta contra o Tráfico dos Seres Humanos; -----

Ponto oito: Apreciação e votação da “Declaração dos presidentes de Câmara e eleitos locais sobre a água”; -----

Ponto nove: Apreciação e votação do pedido para integrar a “Associação Ibérica de Municípios Ribeirinhos do Douro”; -----

Ponto dez: Eleição de um autarca de freguesia para integrar o “Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal”, (art.157 nº1, alínea e) do Decreto Lei Nº 201/05 de 24 de Novembro; -----

Ponto onze: Período aberto ao público; -----

Estiveram presentes os seguintes membros da Assembleia: Aldina de Fátima Monteiro Pereira, Presidente, António José Rodrigues Teixeira, 1º Secretário, Maximiano Pereira Correia, Maria Rosa Freitas da Silva, Pedro Filipe de Sousa Ferreira, Eduardo Pereira Carvalho Sampaio, Manuel de Barros, António Maria Lemos Pinto, Manuel José Miranda Ferreira, José Maria Cardoso Carreira, José Monteiro da Fonseca, Altino de Sousa, Manuel Fernando Mesquita Correia, Nuno Vasco de Almeida Machado, Júlio da Fonseca Esteves, Gabriela Maria Costa Rodrigues Alves, Filipe Teixeira, Firmino Teixeira Várzea, Adalberto José Soeiro de Carvalho Sampaio e Manuel Pinto de Sousa. Participaram também nesta sessão os seguintes membros da Câmara Municipal: Marco António Peres Teixeira da Silva, Presidente da Câmara Municipal, António Adelino Osório, José Luís Paiva Cortês, Vereadores em regime de permanência, Cristina Isabel de Almeida Guedes Major e Mário Luís Mendes de Sousa Pinto, Vereadores. -----

A sessão teve início às vinte e uma horas e dez minutos. -----

A Presidente da Assembleia pediu autorização para ser incluída na ordem de trabalhos, a apreciação e votação do protocolo de acordo entre a GRE energie-Energia Renováveis, Lda., e a Câmara Municipal de Mesão Frio, tendo sido autorizada e integrada como ponto décimo primeiro da presente ordem de trabalhos. De seguida, procedeu-se à distribuição da acta da reunião anterior pelos presentes para leitura. -----

Posta à votação, esta foi aprovada por unanimidade. -----

Seguidamente a Presidente da Assembleia fez referência à correspondência recebida desde a última sessão. Deu também conhecimento da comunicação da renúncia do mandato do deputado Paulo Jorge Peres Teixeira da Silva. -----

Inscreveram-se para intervir os deputados, Nuno Vasco de Almeida Machado, Adalberto José Soeiro de Carvalho Sampaio, Júlio da Fonseca Esteves, Gabriela Maria Costa Rodrigues Alves e Maximiano Pereira Correia. -----

O deputado Nuno Vasco de Almeida Machado alertou para a constituição da Mesa da Assembleia, nomeadamente a falta do terceiro elemento e, por isso, assistia à reunião sob protesto. Perguntou ainda porque é que a secretária pessoal do Presidente da Câmara era quem assegurava os serviços de apoio à mesa da Assembleia, tendo ela um cargo político. Também questionou o facto de só o

Presidente da Câmara e o vereador a tempo inteiro, António Adelino Osório, terem lugar na mesa da Assembleia e não os cinco vereadores. -----

O deputado Adalberto José Soeiro de Carvalho Sampaio deu a conhecer à Assembleia um voto de desagrado do modo como decorreram as comemorações do centésimo quinquagésimo aniversário do historiador bibliógrafo musical Manuel Pereira Peixoto D'Álmeida Carvalhais e de um ofício enviado à Câmara Municipal sobre a limpeza da estrada da Matosa que se anexam à presente acta. -----

O deputado Júlio da Fonseca Esteves tomou a palavra para dizer que os panfletos do S. André continham erros ortográficos e a receita dos biscoitos não estava correcta. --

O deputado Nuno Vasco de Almeida Machado fez novamente uso da palavra para solicitar à Presidente da mesa que se cumpra o estipulado na lei, nomeadamente dar a conhecer à Assembleia os processos pendentes em Tribunal. Esclareceu ainda que, em relação à constituição da Comissão de Acompanhamento do Plano Director Municipal, o Engenheiro Coutinho fazia parte da mesma, enquanto representante da Casa do Douro. Por fim, solicitou à Presidente da mesa uma cópia dos documentos que legalizaram as obras ilegais, referidas nos relatórios finais do IGAT de 1995 e 2005, nomeadamente o loteamento de Barqueiros. -----

A deputada Gabriela Maria Costa Rodrigues Alves tomou a palavra para dizer que pretendia entregar um requerimento à mesa, o que fez de imediato, o qual se anexa à presente acta. -----

O deputado Maximiano Pereira Correia entregou uma proposta à mesa, solicitando um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Hernâni Correia da Silva. -----

Terminadas as intervenções, a Presidente da Assembleia dirigiu-se ao deputado Nuno Vasco de Almeida Machado, dizendo que não houve tempo para o envio dos documentos para a presente reunião, salvaguardando a sua apresentação em futuras reuniões. Disse ainda que os serviços de apoio à mesa da Assembleia são assegurados pela funcionária da Câmara Municipal, Florbela Silva, tarefa que desempenha há já alguns anos e, havendo lugares vagos na mesa, estes podem ser ocupados por todos os vereadores. -----

De seguida, o Presidente da Câmara tomou a palavra, para prestar as seguintes informações: -----

- o Castro de Cidadelhe vai sofrer obras; -----

- a limpeza da estrada da Matosa estava em curso; -----
 - o panfleto relativo às festas do Santo André foi elaborado por uma empresa e não pela Câmara Municipal; -----
 - o Projecto de Barqueiros não está de todo ilegal, de acordo com o IGAT. -----
- Acrescentou ainda que vai analisar se é obrigatório apresentar à Assembleia Municipal os processos pendentes em tribunal e que o Engenheiro Coutinho, embora estando em representação da Casa do Douro na Comissão de acompanhamento do Plano Director Municipal, opinava sobre o concelho de Mesão Frio. Em relação ao secretariado de apoio à mesa de Assembleia, disse que é o mesmo desde o tempo do Dr. Carlos Manuel, enquanto Presidente da Assembleia Municipal. Terminou a sua intervenção, com a leitura do relatório final sobre a questão relacionada com o suposto desaparecimento dos paralelos. -----
- O deputado Manuel Pinto de Sousa tomou a palavra para dizer que era mais um embuste, porque ele sabia onde estavam os paralelos mas não dizia. Em sua opinião, o Presidente da Câmara deveria pedir a sua demissão e que o relatório apresentado não tinha nenhum valor. -----
- O deputado Pedro Filipe de Sousa Ferreira usou da palavra para lamentar o pedido de demissão do Presidente da Câmara feito pelo deputado Manuel Pinto de Sousa, assim como o ataque feito aos funcionários da Câmara. -----
- O deputado Maximiano Pereira Correia disse que se alguém está a fugir à responsabilidade é o deputado Manuel Pinto de Sousa, uma vez que disse que sabe onde estão os paralelos e não o diz. -----
- O deputado Nuno de Almeida Machado disse que sabia que havia paralelos na estrada dos Escuteiros e que se houvesse “um munícipe que pedisse uma carreta ou duas tudo bem, mas seis ou sete camiões!” Perguntou ainda se os paralelos não estariam no estaleiro da Câmara. -----
- O Presidente da Câmara voltou a usar da palavra, para alertar que se alguém do Partido Socialista tivesse dúvidas, podia requerer novo inquérito de averiguações. ----
- A Presidente da Assembleia pôs a votação a proposta sobre o voto de pesar, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

No ponto dois da ordem de trabalhos, a Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara, para prestar os devidos esclarecimentos sobre a actividade municipal e a sua situação financeira. -----

O Presidente da Câmara usou da palavra para esclarecer a situação financeira da Câmara, realçando o abaixamento verificado na dívida, no valor de 60.000 €. -----

O deputado Júlio da Fonseca Esteves usou da palavra para dizer que a poupança era referente ao empréstimo e que se deveria poupar os dinheiros públicos. -----

O Presidente da Câmara voltou a usar da palavra para dizer que o importante foi o facto do passivo não ter subido. Acrescentou que a Câmara Municipal deve oito milhões de Euros mas tem as águas conduzidas, os muros não caem, o saneamento está feito e as escolas estão restauradas. -----

O deputado Nuno de Almeida Machado disse que nos relatórios continuam a aparecer sempre as mesmas obras e que no Concelho fizeram-se algumas obras bem feitas mas outras nem por isso. -----

O deputado Pedro Filipe de Sousa Ferreira disse que as obras têm que ser mencionadas porque a sua manutenção fica às vezes tão cara como o seu custo inicial. -----

No ponto número três da ordem de trabalhos, a Presidente da Assembleia informou que foram aprovadas na reunião do executivo as propostas referentes às Opções do Plano (PPI e PAM), Orçamento, Empréstimo de curto prazo e Lei das Comunicações Electrónicas e Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) no percentual de 0,25%, a aplicar durante o ano de 2007 e deu a palavra ao Presidente da Câmara que disse que o plano foi feito no tempo das “vacas magras” e devido à Lei das Finanças Locais é necessário recuperar a capacidade de endividamento que a lei retirou. Acrescentou que prosseguirão as obras que estão em curso, como o Auditório, o Centro de Saúde, Estradas do Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP) e “abre-se as portas” a obras como Centro Escolar, Biblioteca, infra-estruturas da rede, sendo no entanto, o objectivo principal a diminuição do passivo. -----

O deputado Nuno de Almeida Machado usou da palavra para dizer que o orçamento era irrealista, nomeadamente nas despesas correntes, receitas e venda de bens. Acrescentou que deveriam ser identificados os prédios, terrenos e máquinas que vai

vender e que o objectivo deste orçamento é empolar as receitas para sustentar o orçamento. -----

O deputado Manuel de Sousa perguntou quais os caminhos previstos na Associação Vale do Douro Norte-----

O deputado Júlio da Fonseca Esteves alertou para o grande empolamento do orçamento que levará ao aumento de dívidas. -----

O Presidente da Câmara comparou este orçamento com o do Governo, dizendo que dum lado tem as receitas e do outro as despesas, devendo o activo ser igual ao passivo. Esclareceu ainda que o caminho era o Miradouro de S. Silvestre. -----

O deputado Nuno de Almeida Machado perguntou quais as propriedades que pretende vender, quais as escolas que iriam ser reparadas, qual o muro que ia ser feito em Barqueiros e porque se ia relvar o campo das Acácias se não tem as devidas medidas e é considerado zona Industrial. -----

O Presidente da Câmara esclareceu que o muro em Barqueiros é o da rotunda e que está no Plano de Urbanização que o campo das Acácias é zona Industrial mas ia aproveitar o financiamento do Governo, apresentando um projecto, cujo processo já foi devidamente instruído. -----

O deputado Júlio da Fonseca Esteves alertou para as contas elevadas dos telemóveis dos funcionários da Câmara, registadas nas despesas correntes. -----

Terminada discussão sobre os documentos em questão, a Presidente da Assembleia submeteu-os a votação, tendo-se obtido os seguintes resultados: -----

a) - Opções do Plano - aprovado por maioria, com catorze votos a favor dos membros do Partido Social Democrata e seis votos contra dos membros do Partido Socialista, com apresentação de declaração de voto que se anexa. -----

b) – Orçamento – aprovado por maioria, com catorze votos a favor dos membros do Partido Social-democrata e seis votos contra dos membros do Partido Socialista. -----

c) - Empréstimo de curto Prazo - aprovado por maioria, com catorze votos a favor dos membros do Partido Social Democrático e seis votos contra dos membros do Partido Socialista, com apresentação de declaração de voto que se anexa. -----

d) - Lei das Comunicações Electrónicas e Taxas Municipais de Direitos de Passagem, aprovado por unanimidade. -----

No ponto número quatro da ordem de trabalhos, a Presidente da Assembleia informou que foi aprovada por unanimidade, em reunião do executivo, a versão final da proposta de alteração do Plano de Urbanização da vila de Mesão Frio, devendo ser apreciada pela Assembleia. Nesse sentido, deu a palavra ao Presidente da Câmara para prestar os devidos esclarecimentos. -----

O Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que as alterações visam resolver situações que não tinham qualquer cabimento. -----

O deputado Júlio da Fonseca Esteves disse que o documento continha incorrecções, pois não era possível que a rua “Alves Pedrosa” fosse em simultâneo “Avenida Conselheiro Alpoim” e que esta se prolonga até à Adegas Cooperativas. -----

O deputado Maximiano Pereira Correia usou da palavra, dizendo que a proposta de alteração tinha sido alvo de inquérito público e que tinha apresentado algumas sugestões de alterações, tendo algumas delas sido acolhidas outras não. Das que não foram acolhidas existe uma que em seu entender pode comprometer a futura aprovação do Plano de Pormenor do Bairro do Pinheiro Manso, dado que este se encontra integrado numa zona de muito baixa densidade, que estipula regras que jamais poderão ser respeitadas sem desvirtuar as actuais características do bairro. Tendo sido proposta a sua integração na mancha de zona urbana consolidada e tal não tendo sido aceite, considerava que a alteração em apreço deveria ser corrigida neste ponto. -----

O deputado Pedro Filipe de Sousa Ferreira referiu que concorda com a opinião do deputado Maximiano Pereira Correia, pelo que, o Plano de Urbanização posto à discussão deverá ser devolvido à precedência para que a zona do Bairro do Pinheiro Manso passe a ser classificada como zona urbana consolidada. Dessa forma, o processo terá que regressar à discussão pública, consulta à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte (CCDRN) e aprovação pela Câmara Municipal, regressando por fim a este órgão. -----

O Presidente da Câmara esclareceu que todo o trabalho do Plano de Urbanização foi feito com estreito acompanhamento da CCDRN e, acerca da questão levantada pelo deputado Maximiano Pereira Correia sobre o bairro do Pinheiro Manso, foi consultado o Arquitecto Jorge Coutinho da CCDRN que disse que não havia nenhum problema,

uma vez que há a possibilidade de se fazerem as alterações consideradas necessárias. -----

O deputado Maximiano Pereira Correia disse que na dúvida dever-se-á ter algum cuidado e, nesse sentido sugere que se reveja a situação. -----

Devido à complexidade do assunto, foi recomendado por unanimidade adiar a votação do documento para a próxima reunião de Assembleia Municipal. -----

No ponto número cinco da ordem de trabalhos, a Presidente da Assembleia informou os presentes que o documento “Estudo de Suporte para a Manutenção do Serviço de Urgência do Hospital D. Luís” foi aprovado, por unanimidade, pela Câmara Municipal do Peso da Régua, tendo o seu Presidente solicitado a maior atenção para o assunto por parte da Assembleia Municipal de Mesão Frio. Acrescentou ainda que o documento está em consonância com a apreciação feita pelo deputado Jorge Almeida ao Relatório da Comissão Técnica e ainda com as preocupações manifestadas nos requerimentos do deputado Ricardo Martins, documentos do conhecimento dos membros da Assembleia. Nesse sentido, deu a palavra à Assembleia para discussão do assunto, tendo tomado a palavra o deputado Firmino Teixeira Várzea para dizer que o serviço de Urgência da Régua é um serviço de “empatas”, pois se o médico é bom manda o doente para Vila Real. Se o manda para casa, o doente tem que ir lá duas ou três vezes. Defende o hospital central e por isso vai votar contra. -----

O deputado Júlio da Fonseca Esteves apresentou uma moção de apoio à manutenção da Urgência do Hospital D. Luís que foi aprovada por unanimidade. -----

Os deputados Pedro Filipe de Sousa Ferreira e Firmino Teixeira Várzea também apresentaram uma moção de apoio à manutenção da Urgência do Hospital D. Luís, desde que fossem melhorados os serviços de atendimento, tendo sido reprovada por maioria, com catorze votos contra, quatro abstenções e dois votos a favor. -----

Posto a votação o documento “Estudo de Suporte para a Manutenção do Serviço de Urgência do Hospital D. Luís”, este foi aprovado por maioria, com catorze votos a favor dos membros do Partido Social Democrata, um contra do membro Firmino Teixeira Várzea e cinco abstenções dos restantes membros. -----

No ponto número seis da ordem de trabalhos, a Presidente da Assembleia informou os presentes da importância do documento “Carta Europeia para a Igualdade das

Mulheres e dos Homens na Vida Local” que foi objecto de aprovação pelos Eleitos Locais e Regionais Europeus na XXIII Assembleia-Geral do Conselho de Municípios e Regiões da Europa, no pretérito mês de Maio em Innsbruck, Áustria. Disse que para se construir uma sociedade baseada na igualdade é imprescindível que as colectividades integrem a dimensão do género nas suas políticas e práticas e que são as autoridades locais que, por estarem mais próximas da população, representam os meios melhor colocados para combater as desigualdades e empreender acções que visem a igualdade entre homens e mulheres. De seguida deu a palavra à Assembleia e, como não houve intervenções, submeteu o documento a votação, tendo sido aprovado por maioria, com uma abstenção de Gabriela da Costa Rodrigues Alves. -----

No ponto número sete da ordem de trabalhos, a Presidente da Assembleia informou os presentes da importância do texto – “Declaração sobre a Luta contra o Tráfico dos Seres Humanos”, adoptada na 13ª Sessão Plenária do Congresso dos Poderes locais e Regionais da Europa, no sentido em que permite dar um passo em frente na luta contra o tráfico de seres humanos – a qual figura hoje entre as prioridades absolutas do Conselho da Europa – pois associa as autoridades locais e reconhece o seu papel nas acções a levar a cabo contra esta nova forma de escravatura. Disse que é fundamental o papel que cabe às autoridades locais na protecção e dignificação dos Direitos Humanos. De seguida deu a palavra à Assembleia e, como não houve intervenções, submeteu o documento a votação que foi aprovado por unanimidade. -----

No ponto número oito da ordem de trabalhos, a Presidente da Assembleia informou os presentes da importância da “Declaração dos Presidentes de Câmara e eleitos locais sobre a Água,” proposta pela Comissão da Água e Saneamento das Cidades e Governos Locais Unidos, aprovada no 4º Fórum Mundial da Água, realizado recentemente no México. Sublinhou as responsabilidades que os eleitos locais têm em matéria de água potável e saneamento, reconhecendo-lhes o seu papel crucial na gestão do recurso água. De seguida, deu a palavra à Assembleia e, como não houve intervenções, submeteu o documento a votação que foi aprovado por unanimidade. --

No ponto número nove da ordem de trabalhos, a Presidente da Assembleia informou os presentes que foi deliberado em reunião da Câmara Municipal de 5 de Dezembro,

a integração da Câmara Municipal na Associação Ibérica de Municípios Ribeirinhos do Douro, tendo dado a palavra ao Presidente da Câmara que deu alguns esclarecimentos sobre o assunto. -----

De seguida a Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. -----

No ponto número dez da ordem de trabalhos, a Presidente da Assembleia informou os presentes que o Conselho Cinegético Municipal de Mesão Frio foi criado pela Portaria nº1151/2002 de 5 de Agosto. Disse que o Conselho tem um mandato com a duração de 4 anos e, de acordo com a legislação em vigor seria necessário constituir um novo Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal, devendo ser eleito em Assembleia Municipal um autarca de freguesia (ao abrigo do artigo nº157, alínea e), do Decreto Lei nº201/2005 de 24 de Novembro). Assim, solicitou à Assembleia que apresentasse propostas à mesa. -----

O deputado Maximiano Pereira Correia apresentou uma proposta com o nome do Presidente da Junta de freguesia de Vila Jusã, José Maria Cardoso Carreira, que submetida a votação secreta, foi aprovada por maioria, com dezassete votos a favor, dois votos nulos e um voto em branco. -----

No ponto número onze da ordem de trabalhos, a Presidente da Assembleia informou os presentes que foi aprovada por unanimidade, em reunião da Câmara Municipal de 19 de Dezembro, uma proposta elaborada pela Associação de Municípios do Vale do Douro, no sentido da celebração de um Protocolo de Acordo entre a GREnergie – Energias Renováveis e a Câmara Municipal de Mesão Frio, para um aproveitamento micro-hídrico a localizar no antigo moinho da Praia fluvial. Antes de submeter a proposta a votação, deu a palavra ao Presidente da Câmara que deu alguns esclarecimentos sobre o assunto. Também usou a palavra o deputado Firmino Teixeira Várzea para perguntar onde iria ser consumida a energia, uma vez que a Câmara Municipal é obrigada a consumir 50% da energia produzida e a captação iria mudar de sítio. O presidente da Câmara esclareceu que se vai gastar nas instalações da zona de lazer, nomeadamente nas piscinas. -----

Posta a proposta a votação, esta foi aprovada por unanimidade. -----

No período aberto ao público houve as intervenções dos munícipes José Martins e Ana Maria Gomes de Azevedo, tendo sido esclarecidos pelo Presidente da Câmara. Os pedidos de esclarecimento estão anexos à presente acta. -----
E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão quando eram duas horas e vinte e cinco minutos. Dela se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos elementos da Mesa da Assembleia Municipal. -----

Presidente:

1º Secretário: